

ao Cargo de Presidente do CNPCP, oportunidade em que o Ministro PAULO BROSSARD declinou entre outras, a meta de implantar na gestão que então iniciava, pelo menos uma penitenciária em cada Unidade da Federação, via-se concretizado naquele momento parte do objetivo mencionado, tendo em vista a assinatura que se seguiria, dos convênios destinados a 12 Estados da Federação, visando a construção e reformulação de unidades penitenciárias, promovendo destarde, a ampliação de 5.755 novas vagas o que propiciará a diminuição do déficit nos presídios. Ao concluir informou que dentre em breve, outros Estados do País, também serão beneficiados com providências similares. V - Convênios - Num total de 3,8 bilhões de cruzados foram firmados convênios entre o Ministério da Justiça e os Estados do Amazonas, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia e Território Federal do Amapá. VI - Alocução do Ministro de Estado da Justiça - Após a assinatura dos convênios o Ministro PAULO BROSSARD ressaltou a importância daquele ato em que propiciava ao País a expansão de novas vagas no Sistema Penitenciário Nacional, o que demonstrava a dinâmica empreendida pelos órgãos executivos do Ministério que, além daqueles, preparava outros convênios para outras Unidades da Federação, demonstrando assim, o empenho em atenuar as dificuldades do Sistema Penitenciário em geral. Agradecendo a presença das Ilustres Autoridades presentes enfatizou que graças à conjugação de esforços entre os Estados e o Ministério, foi possível avançar um pouco mais na área Penitenciária. A seguir, foi encerrada a Solenidade. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

RETIFICAÇÃO

Na ata da 128ª Reunião, realizada em 27.06.88, item IV - 5ª linha, substitua-se o trecho "presos de maior periculosidade" por "presos de menor periculosidade". No mesmo item - 8ª linha, substitua-se: "Sentenciados de menor periculosidade" por "sentenciados de maior periculosidade". Ainda na mesma ata, inclua-se o item V, abaixo mencionado: **INSPEÇÃO EFETIVADA NA PENITENCIÁRIA "LEMO BRITO"** - Salvador/BAHIA. Relator: Diretor da Divisão de Inspeção e Controle do Departamento Penitenciário Nacional - Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO. "Nos dias 19 e 24 de maio último, o Relator informou ao Conselho que inspecionou a Penitenciária "Lemos Brito", em Salvador, à vista de inúmeras denúncias procedentes daquele Estabelecimento prisional. A Unidade como mostra o filme vídeo-cassete, apresenta situações desesperadoras, não só de infraestrutura, mas, principalmente, da falta de administração. Habitam na Penitenciária presos de regime fechado, misturados com presos de regime semi-aberto, por haver sido interditada a área do semi-aberto (Casa do Albergado), pela Dra. Juíza da Vara de Execuções Criminais do Estado, em decorrência da inexistência de segurança. Em face dessa situação errada, é que os internos se acham revoltados e desorientados, dentro da "Lemos Brito". A única oficina que dava condições de funcionamento era a de confecção de vassouras, todavia, em desuso por falta de material - madeira e plaçaba -, que não é providenciado pela Secretaria da Justiça e Direitos Humanos da Bahia, há mais de 08 (oito) meses. A cozinha do Estabelecimento está horrível, degradante, fazendo nojo de se entrar. Restos de comidas são guardados no frigorífico, por dias, moscas varejeiras passeiam por sobre os alimentos e borcos - pequenos mi-cróbios provenientes de alimentos estragados -, circulam por dentro da cozinha. Os internos se apresentavam maltrapilhos, sem uniformes, sem corte de cabelos, barbas e unhas. Há celas de castigos, sem iluminação, sem colchões e, principalmente, sem limpeza. Em face do filme mostrado aos Membros do Conselho, seguido de exposição oral, propôs o Senhor Relator as seguintes providências: Primeira - promover a imediata elaboração de regimento interno para a Unidade, sem o qual não haverá administração que dê conta da Penitenciária; Segunda - limpeza completa do Estabelecimento, incluindo-se a higienização dos presos, com cortes de cabelos, barbas e unhas; Terceira - recuperação imediata da cozinha, seguida de recuperação de todo o sistema hidráulico e elétrico da Penitenciária; Quarta - ativação, imediata, das oficinas, vez que, a aplicação de trabalho para o pessoal intra-muros, fará ser banida a ociosidade que é a grande geradora das tentativas de fugas e motins; Quinta - recuperação dos telhados e grades dos portões do Estabelecimento, bem como a implantação de gradis, por sobre as paredes das oficinas, de tal forma que dificultem o acesso do preso ao telhado, por onde ocorrem a maioria das fugas; e Sexta - propositura de inquéritos administrativos, com punições severas, para os Agentes de Presídio que foram denunciados es-pandadores nas Unidades de Salvador, dos quais vários encontram-se inclusive, em processos que se acham naquela Secretaria de Estado. Declaramos CNPCP: pela aprovação do Relatório e providências da Presidência do CNPCP, no sentido de obter soluções do Governo do Estado da Bahia!"

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

(Of. nº 190/88)

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DA ASSESSORA DO DIRETOR
Permanências definitivas deferidas

PROCESSO Nº 08505-011.950/85/SP - JUAN LUIS HESSE ROJAS E JEANNETTE ROSARIO CLAURE DE HESSE
PROCESSO Nº 08400-001.261/86/PE - MEI LEE HUANG WEI
PROCESSO Nº 08505-008.540/86/SP - EDMUNDO ALVAREZ ZURITA E ANA MARIA TORRICO DE ALVAREZ
PROCESSO Nº 08255-004.929/87/BA - MIGUEL ANGEL ORTEGA ACOSTA
PROCESSO Nº 08270-001.862/87/CE - JERRY WAYNE LEHRMAN
PROCESSO Nº 08390-000.353/87/PR - RONALD FERNANDO FUNES PRADA, MIRIAM SHIRLEY VIVIANA LUZIO DE FUNES E ALICIA GISSELLE FUNES LUZIO
PROCESSO Nº 08390-001.674/87/PR - MIGUEL ANGEL LEGUIZAMON

PROCESSO Nº 08400-003.580/87/PE - AMARANTO RAUL CABRERA
PROCESSO Nº 08420-000.586/87/RN - FERNANDO NELSON ZAMBRANA VARGAS
PROCESSO Nº 08430-004.642/87/RS - TERESA BIZARRO DE FEISTAUER
PROCESSO Nº 08430-006.027/87/RS - OSVALDO ARISTIDES GUASCONI
PROCESSO Nº 08460-012.137/87/RJ - ELISABETE ARMINDA SOARES DA SILVA
PROCESSO Nº 08460-013.846/87/RJ - ANTONIO DE JESUS AMURETT GRAF
PROCESSO Nº 08492-001.883/87/SC - ROBERTO RIBEIRO DA SILVA
PROCESSO Nº 08492-001.898/87/SC - ANGEL MANUEL GRANA
PROCESSO Nº 08492-001.950/87/SC - NUNO LOUREIRO DE SOUSA
PROCESSO Nº 08504-010.047/87/SP - DANIEL HUGO TOTINO
PROCESSO Nº 08505-007.030/87/SP - DANIEL WILLY BEESON
PROCESSO Nº 08505-009.303/87/SP - LORENZA ARCE MONGE
PROCESSO Nº 08505-011.349/87/SP - RUTH ORIANA NEICUN SAAVEDRA
PROCESSO Nº 08505-012.437/87/SP - JUAN MANUEL QUIROZ SAAVEDRA
PROCESSO Nº 08505-015.503/87/SP - AMALIA MORENO DA COSTA
PROCESSO Nº 08505-015.255/87/SP - ETSU SHINKAI
PROCESSO Nº 08505-015.431/87/SP - MARTA AVILEZ DOS SANTOS
PROCESSO Nº 08505-017.294/87/SP - LUIS ENRIQUE FLORES MALDONADO E MARTHA VIRGINIA MARQUEZ VILLARROEL

PROCESSO Nº 08505-018.355/87/SP - MARIA ISABEL ANTONETA YONG CHOI ANOK PEDRUCCO

PROCESSO Nº 08505-018.893/87/SP - DANIEL FERNANDO MENGHI, PATRICIA ELBA GARCIA DE MENGHI E DIANA ANTONELLA MENGHI

PROCESSO Nº 08505-018.982/87/SP - RAMON CRISTIAN AYBAR MENARES, CECILIA LISETTE VIDAL ALCALDE E LORENA CECILIA AYBAR VIDAL

PROCESSO Nº 08335-001.930/88/MS - SILVIA SANDRA AVILA

PROCESSO Nº 08354-000.208/88/MG - YASUHIKO TSUKAZAKI, MASAKO TSUKAZAKI, KEISUKE TSUKAZAKI, TAKASHI TSUKAZAKI E NORIKO TSUKAZAKI

PROCESSO Nº 08354-000.303/88/MG - RUBEN ENRIQUE PARISI

PROCESSO Nº 08390-000.011/88/PR - DARIO MIRANDA CACERES

PROCESSO Nº 08390-000.132/88/PR - ROSSANA SANTOS DE PAULA

PROCESSO Nº 08460-001.051/88/RJ - MARIA FERNANDA DE CASTRO

PROCESSO Nº 08460-001.954/88/RJ - NESTOR ALBERTO MATURANA OLAVE E ANA LUCIA JAPA

PROCESSO Nº 08475-000.482/88/RO - ISABEL BARROZO DO NASCIMENTO

PROCESSO Nº 08505-001.453/88/SP - ANGEL ILLA MENDOZA

PROCESSO Nº 08505-002.877/88/SP - RAMON PATRICIO ORDENES AGUILERA E ANA MARIA ALVIAL LIZAMA

(Of. nº 92/88)

MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES ESCOBAR BRUSSE

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 294, DE 26 DE AGOSTO DE 1988 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, RESOLVE:

Art. 1º A outorga de garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, qualquer que seja a sua modalidade, fica condicionada à inclusão, nos respectivos instrumentos contratuais, de cláusula prevendo que, na hipótese de cobrança ou pagamento de ônus ou encargo, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, não autorizado pelo Banco Central do Brasil, o banco credor ficará, pelo prazo de 5 (cinco) anos, inabilitado para participar de operação:

a) que conte com a garantia do Tesouro Nacional, com exceção das quebras compreendidas nos processos de reestruturação da dívida externa brasileira;

b) de empréstimo ao amparo dos contratos de reestruturação da dívida externa brasileira; e

c) de conversão de créditos em investimentos no País.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 18, de 2 de fevereiro de 1987.

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

(*) Republicada por ter saído com incorreções, do original, no D.O. de 30/08/88, Seção I, pag. 1602.

(Of. nº 123/88)

PORTARIA Nº 301, DE 06 DE SETEMBRO DE 1988

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 56 e 57 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e tendo em vista o que consta do Processo SUSEP nº 001-04907/88 e Ofício SUSEP nº 120, de 05.09.88, resolve:

I - Decretar a Intervenção no Montepio Beneficente Montese, com sede no Rio de Janeiro - RJ, com fundamento no art. 55, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e designar o Sr. HERNANI TRINDADE SANT'ANNA para a função de Interventor, observado o disposto nos arts. 65 a 75 do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978.